

**RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: PRINCÍPIOS E VALORES EM
PROL DO DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE**

Angela Barros Fonseca Berto

Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente/UNIPLI/RJ

angela.berto@ibest.com.br

RESUMO

Estudo sobre a prática de projetos de responsabilidade social no Ensino Superior gerados por meio de situações-problema enfrentadas pela comunidade e que precisam receber atenção especial por parte das instituições de Ensino Superior. Entendemos por Responsabilidade Social Universitária a capacidade que tem a universidade de difundir e colocar em prática um conjunto de princípios e valores, por meio de quatro processos essenciais: gestão, docência, pesquisa e extensão, comprometendo-se assim, do ponto de vista social, com a comunidade universitária e com o próprio país. Trata-se de uma nova política de gestão nas organizações, minimizando os impactos e os efeitos que são gerados diariamente dentro e fora da instituição, responsável esta pelas conseqüências sociais induzidas pela mesma operação da organização. Este novo modelo de gestão baseia-se em fins éticos, justos e sustentáveis de desenvolvimento social e tem o desejo de promover normas e regulamentações. Para tanto pretende-se ressignificar alguns conceitos ligados à responsabilidade utilizando-se como aporte teórico as idéias de Subirats, Vallaey, Jiménez de La Jara e Calderón (2006). É possível concluir que o afastamento do primeiro setor (organizações estatais) frente à responsabilidade social contribui para o avanço das ações do terceiro setor e as práticas de responsabilidade social tornam-se uma constante nas instituições, especialmente as privadas. Por conhecerem de perto a comunidade e seus projetos as universidades podem dar respostas mais concretas aos problemas, respeitando as peculiaridades éticas e culturais de cada região. Os projetos socioacadêmicos desenvolvem nos alunos e na comunidade a autonomia, o exercício da cidadania, a qualidade de vida promovendo a geração de renda e uma relação de reciprocidade e enriquecimento mútuos entre seus alunos e a comunidade.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social; Projetos Socioacadêmicos; Universidade.

ABSTRACT

Study on the practice of social responsibility projects in higher education generated through problem situations faced by the community and need to receive special attention by institutions of higher education. University Social Responsibility mean by the ability of universities to disseminate and implement a set of principles and values, through four key processes: management, teaching, research and extension, thereby committing themselves from the point of view, with the university community and the country itself. This is a new policy management in organizations, minimizing the impacts and effects that are generated daily within and outside the institution, responsible for this social consequences caused by the same organization's operation. This new management model is based on ethical purposes, fair and sustainable social development and has the desire to promote standarts and regulations. To this end we intend to reframe some concepts related to responsibility, using as theoretical ideas Subirats, Vallaey, Jiménez de la Jara and Calderon (2006). It was concluded that removal of the first sector (state agencies) regarding the social responsibility contributes to the advancement of the actions of third sector and social responsibility practices become a constant in institutions, especially private ones. Because they knew closely the community and its projects, the universities can give more specific answers to problems, while respecting the ethical and cultural peculiarities of each region. Projects socioacadêmicos develop in students and community autonomy, citizenship, quality of life by promoting income generation and a relationship of reciprocity and mutual enrichment among their students and the community.

Keywords: Social Responsibility; Social and Academic Projects; University.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, cresceu em importância a Responsabilidade Social Universitária - RSU nos diferentes âmbitos acadêmicos, dada sua contribuição para a formação de estudantes e comunidades socialmente responsáveis. A própria sociedade está a exigir, cada vez mais, que as universidades prestem contas sobre a maneira como capacitam seus estudantes para o exercício profissional.

O cenário da educação superior brasileira vem passando por profundas mudanças desde a institucionalização do mercado universitário, que se caracteriza pela acirrada concorrência entre as instituições para atrair clientes-consumidores. (CALDERÓN, 2006)

No início da década de 1990, no Brasil, assiste-se ao impressionante crescimento quantitativo das universidades particulares com fins lucrativos, geridas como empresas que oferecem produtos e serviços de acordo com a demanda do mercado. São essas universidades que favoreceram a democratização do acesso ao ensino superior, ampliando significativamente a oferta de produtos educacionais. No entanto, o processo de mercantilização do ensino viola valores culturais fortemente arraigados no país, segundo os quais o ensino é concebido como direito social, um serviço provido pelo Estado com objetivos essencialmente públicos e não-lucrativos.

A Responsabilidade Social, longe de ser mero assistencialismo/filantropia, deve ser, nos dias de hoje, prioridade social, política e educacional. As ações de filantropia, motivadas por razões humanitárias, são isoladas e reativas, enquanto o conceito de responsabilidade social possui uma amplitude muito maior.

Segundo François Vallaey (2006, p. 39):

[...] a Responsabilidade Social Universitária exige, a partir de uma visão holística, a articulação das diversas partes da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e à formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis.

Trata-se de um compromisso das organizações de criar parcerias entre o setor público, o privado e o Terceiro Setor. Mais conscientes de seu papel, as organizações privadas se comprometem e dividem com o Estado a responsabilidade de minimizar a exclusão social, mobilizando recursos para projetos sociais. Além disso, as instituições socialmente responsáveis devem investir na educação, na saúde, no bem-estar e no progresso/crescimento de seus funcionários, uma vez que esses fatores geram maior produtividade, compromisso e dedicação por parte deles. Em suma, ser uma empresa/instituição responsável significa exercer o papel social externa e internamente, buscando uma sociedade mais justa e que promova o desenvolvimento humano.

O problema que este estudo tem em foco é apresentar os projetos socioacadêmicos como alternativa prática de Responsabilidade Social no Ensino Superior, considerando-se a premissa de que a instituição está a serviço da comunidade e busca participar da construção de um mundo melhor para todos.

Temos como objetivos compreender o conceito de responsabilidade social, redefinindo o novo papel da universidade, a partir de uma nova política de gestão.

2. RESSIGNIFICANDO O CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Entendemos por Responsabilidade Social Universitária a capacidade que tem a universidade de difundir e colocar em prática um conjunto de princípios e valores, por meio de quatro processos essenciais – gestão, docência, pesquisa e extensão – comprometendo-se assim, do ponto de vista social, com a comunidade universitária e com país em que se insere. (JIMÉNEZ DE LA JARA et al, 2006)

O termo “responsabilidade social” generalizou-se na última década, à medida que se tornou um dos pilares de sustentação do chamado Terceiro Setor. O Terceiro Setor é um movimento social que prega a co-

responsabilidade entre o Estado e a Sociedade Civil para o equacionamento dos principais problemas sociais, diante da crise fiscal do Estado e do colapso do Estado de Bem-Estar (CALDERÓN & MARIM, 2003).

No Ensino Superior, a Responsabilidade Social passou a ser uma das dimensões de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES que se fundamenta, entre outros aspectos, no “aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais” das Instituições de Ensino Superior - IES; constando entre os princípios fundamentais: “a responsabilidade social com a qualidade da educação superior”.

O SINAES instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, do Governo Federal, afirma que a responsabilidade social refere-se à contribuição das instituições de ensino superior (IES) em relação à “inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”. (BRASIL, 2006c, p. 138 apud CALDERÓN, 2008, p. 23)

A extensão universitária define-se como dimensão do trabalho desenvolvido pela academia no ensino e na pesquisa, na formação de recursos humanos e na produção e divulgação do conhecimento produzido. Não pode ser confundida com assistencialismo. A escola não pode substituir o Estado no atendimento de necessidades básicas da população carente. É preciso evitar, por outro lado, que se continue a confundir extensão universitária com ações filantrópicas baseadas no trabalho voluntário dos alunos, professores e funcionários – a chamada responsabilidade filantrópica (TODOROV, 2005).

O trabalho de extensão só se justifica à medida que extensão é ensino e/ou pesquisa: o aluno atende a população carente como parte de seu aprendizado prático, seja no exercício profissional, seja no treinamento de suas habilidades de pesquisa. A responsabilidade social está em tudo o que cerca a formação dos alunos e a produção de conhecimento.

Para Vallaeys (2006), é na universidade que se forma o mais alto nível de qualificação da pessoa, do ponto de vista técnico e científico. Mas, nem sempre nela se tem formado o profissional cidadão, comprometido com a mudança almejada pelas sociedades como as encontradas na América Latina. Tal responsabilidade beneficia, pois, tanto as organizações quanto o entorno social no qual elas se inserem.

Ensino, pesquisa e extensão são ações privilegiadas do ensino superior já que integram, intra e extra-muros, saberes que estão (ou deveriam estar) a serviço do aprender, do ensinar e do promover. Aprender e ensinar sendo sinônimos de uma construção coletiva do conhecimento. Promover sendo sinônimo de restabelecer a dignidade e também o compromisso de uns com os outros. Representa um passo adiante na intenção do fazer, do servir, pressupõe uma percepção mais profunda do princípio da “fraternidade”. (idem, 2006)

As instituições de ensino superior não podem se distanciar desse movimento de Responsabilidade Social, que se fortalece na mesma proporção em que se fortalece a sociedade civil brasileira, organizando-se na busca da construção de um mundo mais próspero, mais humano, menos violento, com desenvolvimento econômico equânime e oportunidades iguais para todos.

Refletir sobre a Responsabilidade Social Universitária significa pensar não só nos deveres e nas obrigações da universidade, mas nas incumbências inerentes à natureza institucional das IES, na transparência e na ética nas suas relações, no respeito à diversidade, nas boas condições de trabalho, no respeito às normas democraticamente estabelecidas. Significa pensar sobre uma instituição que adota uma atitude ética em todas as suas atividades e com todos os atores com os quais interage, nos âmbitos interno e externo, além das “obrigações morais” que a sociedade atribui aos cidadãos e às organizações sociais.

Cabe à universidade facilitar o desenvolvimento de seus alunos. Entretanto, é necessário reconhecer que o desenvolvimento não é simplesmente algo acadêmico e informativo. Consiste em criar condições favorecedoras para que o estudante aprenda a pensar por si mesmo; ajudá-lo a fortalecer seus próprios ideais e opiniões e promover a leitura da realidade do mundo. Realidade que nos mostra um mundo onde existem mais de um bilhão de pessoas vivendo em situação de pobreza e 10,815 milhões desnutridas, entre outras questões inconcebíveis. Ao expor esta realidade, a universidade passa a assumir seu compromisso social e o estudante começa a compreender sua própria responsabilidade. É aqui que a transformação se inicia –

quando se constrói a universidade ao redor de um núcleo social e não como um processo paralelo como o da projeção social. Em resumo, a RSU é o elo entre dois mundos diferentes: a universidade, com seus tecnocratas, docentes, estudantes, missão, currículo, pesquisa e o resto de sua bagagem – tanto desejada quanto indesejada – e a realidade de nossos países, com sua iniquidade, sua pobreza, seus antagonismos e sua globalização.

O grande diferencial de uma IES que exerce a Responsabilidade Social não está focado simplesmente nas estratégias utilizadas junto à comunidade do seu entorno, seja pelos projetos de extensão universitária, seja pelos resultados das suas pesquisas acadêmicas, seja pelos programas assistencialistas que apóia, mas no conceito de educação assumido em seu projeto institucional, nas premissas adotadas e nos pressupostos éticos evidenciados no seu projeto político pedagógico. A gestão de um projeto político pedagógico comprometido com a Responsabilidade Social exige o respeito aos princípios do coletivo, a liberdade comunicativa o exercício co-responsável da vivência em comum, e isso impõe adequações, reconfigurações, redimensionamentos dos processos e das formas do trabalho pedagógico.

Ao contemplar, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o compromisso com a Responsabilidade Social, a IES amplia sua função social para além da instrução, assumindo o compromisso de levar os estudantes a serem leitores do seu tempo, usando seus saberes para agir de maneira edificada (DE SORDI, 2005). Isto é, se propõem a transformá-los em protagonistas da sua história e construtores do seu tempo, detentores de atitude mais consciente, vigilante e crítica.

3. UMA NOVA POLÍTICA DE GESTÃO

As IES, na sua maioria, são empreendimentos educacionais com a missão de se tornarem espaços de formação e capacitação dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento do país. Neste sentido, considerando esta finalidade institucional, falar da RSU significa falar do compromisso permanente que as IES deveriam ter para cumprir sua missão, isto é, a garantia de boa qualidade de ensino para os cidadãos que usufruírem dos serviços educacionais por elas oferecidos, seja no âmbito da graduação ou da pós-graduação.

Neste sentido, as estratégias de gestão de um projeto pedagógico envolverão elementos tais como: investimento na formação continuada de docentes, utilização de tecnologias de informação e comunicação como forma de democratização de acesso e permanência dos alunos e busca de parcerias e recursos para viabilização de projetos sociais e de produção de conhecimento que aprimorem os processos de formação de seus quadros e de suas comunidades mais próximas.

Outro elemento importante no processo de construção e afirmação da identidade socialmente responsável das IES é a criação de espaços de diálogo entre os diversos segmentos de aliados. A universidade, como todo lugar onde se faz educação, é um espaço de encontro de vivências presentes, de formulação e expressão de expectativas e de construção coletiva do futuro. E de um futuro, necessariamente, melhor.

A ética nas atividades é a base da responsabilidade social e deve se expressar por meio de princípios e valores praticados pela organização. Nesse sentido, falar de RSU significa fazer referência a princípios e valores direcionados ao desenvolvimento humano que devem sustentar, iluminar e nortear qualquer empreendimento educacional que podem ser agrupados em três grandes dimensões (DE LA JARA, 2006):

- a) Dimensão universitária: excelência acadêmica; compromisso com a verdade; interdependência e transdisciplinaridade;
- b) Dimensão pessoal: dignidade das pessoas; integridade e honestidade; liberdade;
- c) Dimensão social: bem comum e equidade social; desenvolvimento sustentável; aceitação e apreço à diversidade; sociabilidade e solidariedade; cidadania, democracia e participação.

O grande desafio está em transformar esses princípios e valores em pilares que sustentem toda a estrutura gerencial das IES e orientem os projetos socioacadêmicos dos cursos. A preocupação é,

precisamente, dar concretude a esses princípios e valores no cotidiano da vida acadêmica, balizando as atividades em sala de aula, as práticas docentes, as relações gerenciais e as pesquisas científicas.

Sendo assim, é fundamental buscar a coerência ética que deve existir entre o discurso e a prática administrativa e acadêmica na educação superior. Falar de RSU significa falar de princípios e valores. As ações comunitárias somente possuem sentido se direcionadas para atingir a missão das IES. E nisso, o setor privado de educação superior tem uma responsabilidade inadiável, uma vez que ele representa 90% do total das IES brasileiras, atende aproximadamente a 2,7 milhões de alunos e tem mais de 70% dos alunos matriculados do país como um todo (CALDERÓN, 2006).

A ética deveria constituir a essência da racionalidade econômica. Tal constituição envolve a responsabilidade social da instituição privada, a responsabilidade ética dos meios de comunicação de massa, das universidades, das ONGs, dos sindicatos e demais setores da sociedade civil. Na América Latina há uma imperiosa necessidade de ampliar a pauta do debate das décadas anteriores superando a dicotomia economia-ética. Vivemos uma “sede de ética” permeando toda a sociedade (TRONCOSO et al, 2006). A universidade tem grande oportunidade de colocar-se na vanguarda dos esforços que visam a responder tão justificado clamor.

Neste contexto, as ações comunitárias tornaram-se práticas acadêmicas por excelência, que possibilitam não somente o aperfeiçoamento das competências técnicas, mas também o desenvolvimento de valores e princípios direcionados ao desenvolvimento humano. As práticas acadêmicas não são meros reflexos de estratégias de marketing institucional. São, ou deveriam ser, reflexos dos princípios e valores que alicerçam a práxis educacional das IES, fruto do cumprimento da sua Responsabilidade Social.

Ações de natureza assistencialista não vão ao cerne da questão, que é a promoção do desenvolvimento social sustentado. A filantropia pode-se constituir em elemento adicional à responsabilidade social, mas não a substitui. (SCHWARTZMAN, 2005)

A universidade pode cumprir um papel fundamental a este respeito situando-se no *front* da luta pelo conhecimento da realidade. Poderá contribuir na qualidade do debate, por intermédio da pesquisa séria, rigorosa, de alto nível, sobre os grandes temas da pobreza e da desigualdade que se encontram no âmago da vida cotidiana da maior parte da população. A ética do desenvolvimento precisa ser ativamente incorporada à sua agenda, tanto no campo da pesquisa quanto na formação de seus graduandos. Formar eticamente implica nutrir o estudante com experiências reais de trabalho junto à comunidade, de solidariedade ativa, de voluntariado.

Uma educação baseada no pensamento complexo nos ajuda a entender melhor as razões do enfraquecimento da noção de responsabilidade em nossa sociedade à medida que predomina um pensamento compartimentado, fragmentado, que nos impede de ver um todo complexo e interligado.

Assman (2000) postula a idéia de que a interdependência é um fato. Para ele, a forma como a nossa vida transcorre diariamente nos leva a pensar que somos indivíduos ou grupos sociais autônomos e independentes e o que se passa com o outro não nos atinge e nem tem a ver conosco.

O reconhecimento da interdependência entre todas as pessoas do mundo, entre todos os seres vivos e não vivos do planeta Terra e entre todos os corpos celestiais do universo nos faz ver que há uma interdependência objetiva, isto é, independente do nosso reconhecimento ou aceitação. É a interdependência como um fato.. Todos nós sofremos os efeitos positivos ou negativos do que acontece no sistema em que vivemos. (ASSMAN, 2000, p. 81)

Nossa tradição escolar, infelizmente, nos preparou (e ainda prepara) para conhecermos “pedaços” independentes da realidade. As disciplinas funcionam quase sempre de maneira autônoma, recortando a realidade ou um aspecto dela. A realidade nos é apresentada de forma fragmentada. Em suma, não aprendemos a ver as relações de interdependência. E, como conseqüência, os problemas dos indivíduos e dos grupos sociais são compreendidos como problemas isolados, que dizem respeito somente aos interessados e que devem ser solucionados por estes, sem nenhuma responsabilidade do resto da sociedade.

O ser humano, como ser complexo que é, necessita de uma educação que o auxilie a perceber a complexidade existente na nossa vida social. Assim, desenvolveremos novos princípios éticos que não podem ficar somente em formulações abstratas, mas que precisam se concretizar em práticas éticas. Concretamente, falamos da contínua busca da excelência como parte do *ethos* da instituição de ensino superior.

4. PROJETOS SOCIOACADÊMICOS: A BUSCA DO DIÁLOGO UNIVERSIDADE-COMUNIDADE

A universidade atua com base em três funções tradicionais (docência, pesquisa e extensão) e em uma atividade indispensável em toda organização, isto é, a gestão: conjunto de processos e estruturas administrativo-gerenciais que possibilitam à universidade atingir sua missão institucional. No centro destes quatro processos-chave encontram-se os princípios e valores, como um sol do sistema. Os princípios e valores são faróis a orientar, a guiar o comportamento humano. São, pois, fundamentais e permanentes em uma universidade socialmente responsável. Podem ser ordenados em três níveis, de acordo com a proposta chilena Construye País: a) Princípios e valores do plano pessoal, que envolvem a dignidade da pessoa humana, a liberdade e a integridade; b) Princípios e valores do plano social que referem-se ao bem comum e à equidade social, ao desenvolvimento sustentável e meio-ambiente, à sociabilização e solidariedade, à aceitação e reconhecimento da diversidade e à cidadania, democracia e participação; c) Princípios e valores do plano universitário que envolvem o compromisso com a verdade, a excelência e a interdependência e a transdisciplinaridade (SUBIRATS, 2006).

Organizar e participar de ações comunitárias, projetos socioacadêmicos, dentre outras, são formas de envolvimento dos alunos em busca de alternativas para problemas reais da comunidade em que vive.

As Instituições de Ensino Superior (IES) promovem esta oportunidade de vivência de cidadania na medida em que oportunizam experiências voluntárias de serviço à comunidade por meio de seus projetos sócio-acadêmicos desenvolvidos ao longo do ano.

Para Subirats (2003, p.67):

Nos últimos anos temos observado que as sociedades que contam com tradições mais sólidas de associacionismo, que souberam manter sentimentos de comunidade e pautas de reciprocidade entre seus indivíduos, e que desde sempre entenderam o público como um terreno secularizado, compartilhado entre instituições representativas e entidades cívicas, são sociedades que estão melhor preparadas para enfrentar os desafios da mudança do século.

De acordo com Subirats (idem), há certos desafios relacionados com problemas que requerem perspectivas de atuação que não podem ser abordadas somente a partir da capacidade de atuação dos poderes públicos. Sustentabilidade, consumismo, marginalização precisam do apoio das instituições para que se possam obter resultados mais concretos e num prazo menor de realização.

Assim, as comunidades que mantêm laços mais próximos de confiança e que entendem os problemas coletivos como de cada um e não só dos poderes públicos, são as que melhor estão abordando os graves dilemas atuais de nossa sociedade.

Para tanto, é preciso entender o conceito de comunidade como *envolvimento de indivíduos, sentir-se com, pertencer, compartilhar, ter relações sociais significativas*. (SUBIRATS, 2003, p. 75).

Uma pessoa sente-se comunidade se consegue envolver-se. Uma pessoa sente-se comunidade se pode participar. Uma pessoa sente-se comunidade se está conectada. Envolvimento, participação e conexão são, sem dúvida alguma, fatores que ajudam a criar comunidade, a criar sentido de pertencimento. (ibid)

A universidade, enquanto instituição, pode ser considerada esta comunidade se permite a seus membros o envolvimento, a participação e a conexão. Os projetos socioacadêmicos devem favorecer a formação integral da pessoa, e, portanto, a transformação social pela construção de uma convivência democrática.

A comunidade-universidade não pode ficar reduzida a uma instituição transmissora de conhecimentos. Precisa ser vista e entendida como um lugar de interdependência com a comunidade local. Desta forma, partimos da hipótese de que toda comunidade quer ser reconhecida, como tal, internamente, mas também externamente. Para tanto, a participação em projetos voltados para a comunidade local é de fundamental importância. A comunidade-universidade e a comunidade local devem ser entendidas como âmbitos de interdependência e de influência recíproca. (SUBIRATS, 2003)

Para que tenhamos comunidades socialmente mais responsáveis deveríamos ter comunidades mais participativas. Desenvolver a comunidade também significa desenvolver a participação e o envolvimento com seus problemas.

[...]chamamos de escola-comunidade aqueles centros caracterizados tanto pela forte implantação no território, e por uma ativa aceitação de sua diversidade social, quanto por uma forte identificação de seus componentes com um projeto de escola bem definido. (SUBIRATS, 2003, p. 82)

Nas palavras de SUBIRATS (2003) concluímos que o forte sentido de comunidade combina com a capacidade de aceitação e convivência com a diversidade. O desenvolvimento de ações solidárias implica um ambiente de liberdade no qual cada um sente-se responsável por todos num processo natural de cidadania.

5. CONCLUSÃO

É essencial a criação de espaços de diálogo universidade-comunidade como importante elemento no processo de construção e afirmação da identidade socialmente responsável das IES. Os projetos socioacadêmicos desenvolvidos nas IES favorecem a autonomia dos sujeitos envolvidos bem como auxilia a comunidade local na busca de melhores condições de vida e subsistência.

Para Vallaeys (2006), o comprometimento de uma instituição com a responsabilidade social beneficia tanto as organizações quanto o entorno social no qual elas se inserem. Nos projetos socioacadêmicos há ganhos de aprendizado para ambas as partes, pois neles se estabelece uma relação de complementaridade, pressuposto básico à boa convivência e realização da coletividade humana.

A existência de comunidades mais socialmente responsáveis depende de comunidades mais participativas e que se envolvam com os problemas de seu entorno. Para tanto, é preciso entender o conceito de comunidade enquanto envolvimento de indivíduos, “sentir-se com, pertencer, compartilhar, ter relações sociais significativas”. (SUBIRATS, 2003, p. 75). A comunidade-universidade e a comunidade local são aqui entendidas como âmbitos de interdependência e de influência recíproca.

Os projetos de Responsabilidade Social devem ocorrer de maneira diversificada, buscando aliar o ensino, a pesquisa e a extensão através de suas estratégias e do envolvimento com a comunidade local. Assim, as IES manterão laços mais próximos de confiança com a comunidade local, ao desenvolver seus projetos socioacadêmicos, entendendo os problemas coletivos e melhor abordando os graves dilemas que a sociedade apresenta, exercendo assim, sua Responsabilidade Social.

A Responsabilidade Social traduz-se em uma nova política de gestão nas organizações, minimizando os impactos e os efeitos que são gerados diariamente dentro e fora da instituição, responsável esta pelas conseqüências sociais induzidas pela mesma operação da organização. Este novo modelo de gestão baseia-se em fins éticos, justos e sustentáveis de desenvolvimento social e tem o desejo de promover normas e regulamentações.

O afastamento do primeiro setor (organizações estatais) frente à responsabilidade social contribui para o avanço das ações do terceiro setor e as práticas de responsabilidade social tornam-se uma constante nas instituições, especialmente as privadas. As universidades, por conhecerem de perto a comunidade e seus projetos podem dar respostas mais concretas aos problemas, respeitando as peculiaridades éticas e culturais de cada região.

Os projetos socioacadêmicos quando abrangem princípios e valores do plano pessoal, social e universitário, aplicados à gestão responsável, à pesquisa, à docência e à extensão, ultrapassam a filantropia, gerando um novo modelo de gestão baseado em fins éticos, justos e sustentáveis de desenvolvimento para sua comunidade interna e externa.

Vimos o quanto é exigido hoje das Instituições de Ensino Superior que estas sejam empreendimentos educacionais com a missão de se tornarem espaços de formação e capacitação dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento do país. E, neste sentido, garantir um ensino de qualidade a seus alunos permitindo-lhes a vivência de oportunidades para o exercício da cidadania, autonomia e criatividade é contribuir para a existência de uma atitude de comprometimento com a resolução dos problemas e com as demandas da comunidade na qual se está inserido.

É possível concluir que o papel da universidade torna-se mais estratégico e decisivo. As universidades, por conhecerem de perto a comunidade e seus projetos, podem dar respostas mais concretas aos problemas, respeitando as peculiaridades éticas e culturais de cada região. As IES terão reconhecidas suas práticas de responsabilidade social, interna e externamente, por meio de sua gestão responsável e de seus projetos socioacadêmicos que desenvolverão nos alunos e na comunidade local a autonomia, o exercício da cidadania, a qualidade de vida promovendo a geração de renda e uma relação de reciprocidade e enriquecimento mútuos entre seus alunos e a comunidade.

Os projetos tornar-se-ão práticas acadêmicas por excelência, que possibilitarão não somente o aperfeiçoamento das competências técnicas, mas também o desenvolvimento de valores e princípios direcionados ao desenvolvimento humano.

Tais valores e princípios são faróis a orientar e a guiar o comportamento humano. São fundamentais e devem se tornar permanentes em uma universidade socialmente responsável, na medida em que reconhece a mútua necessidade de interação entre a universidade e a sociedade, num constante diálogo. A sociedade afeta a universidade, nela influi e a condiciona; a universidade coopera com a sociedade, dedica-lhe seus talentos e habilidades para gerar conhecimentos que a beneficiem e lhe sejam úteis. Numa sociedade globalizada, a universidade não pode isolar-se da realidade de seu entorno.

O enfrentamento das mazelas sociais depende do nível de conscientização e articulação de todos os atores sociais. As universidades ou faculdades reúnem o potencial intelectual e instrumental para lidarem de forma estratégica, sistemática, contínua e eficaz na solução dos problemas que afetam a sociedade.

Cabe à universidade, que é mantida com recursos do povo, tanto a pública, como a particular, a responsabilidade de produzir um conhecimento interativo com os problemas humanos da realidade moderna, bem como, cuidar para que este conhecimento esteja voltado, efetivamente, para a melhoria da qualidade de vida.

A realidade contemporânea vem apresentando novos desafios econômicos, sociais e políticos, que precisam ser, urgentemente, enfrentados pela universidade que não pode fechar os olhos à realidade sociocultural de nosso país. Deve ser um instrumento capaz de promover a consciência de que a produção de conhecimento só tem sentido quando estes são direcionados para a libertação e para a superação das dificuldades do ser humano marcado por formas graves de injustiça e de marginalização social e econômica.

6. REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior*. Brasília: INEP, 2006c.

_____. *Lei 10.861, de 14 de abril de 2004*. Lei do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2009.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade Social Universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. *Estudos*. Ano 24. Nº 36. Junho: 2006.

_____. Doze premissas para a construção de uma Política Institucional de Responsabilidade Social nas IES. *Responsabilidade Social*. ABMES. Ano 3. Nº 3. 2008.

_____. MARIM, Vlademir. Participação Popular. A escola como alvo do terceiro setor. In: *Desafios da educação municipal*. Donaldo Belo de Souza e Lia Ciomar Macedo de Faria (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DE LA JARA et al. Responsabilidade Social Universitária: uma experiência inovadora na América Latina. *Estudos*. Ano 24. Nº 36. Junho: 2006.

DE SORDI, Maria Regina L. A Responsabilidade Social como valor agregado do projeto político pedagógico dos cursos de graduação: o confronto entre formar e instruir. *Estudos*, Brasília, ano23,n.34.p.29-39,abr.2005.

SCHWARTZMAN, Jacques. Responsabilidade Social no ensino superior. *Estudos*, Brasília, Ano 23, n.34, p.47- 54, abr. 2005.

SUBIRATS, J. *Educação: responsabilidade social e identidade comunitária*. In: Gómez-Granell (org.). *A cidade como projeto educativo*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TODOROV, João Cláudio. O conceito de responsabilidade social nos estabelecimentos de ensino superior. *Estudos*, Brasília, Ano 23, n.34, p.41- 46, abr. 2005.

TRONCOSO, Catalina Delpiano et al. Responsabilidade Social Universitária: uma experiência inovadora na América Latina. *Estudos*. Ano 24. Nº 36. Junho: 2006.

VALLAYES, François. Que significa responsabilidade social universitária? *Estudos*. Ano 24. Nº 36. Junho: 2006.